



Supremo Tribunal Federal

PORTARIA Nº 185 , DE 29 DE MAIO DE 2012

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2012, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ayres Britto', with a long horizontal stroke extending to the right.

Ministro AYRES BRITTO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/11 A ABR/12

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")


R\$1,00

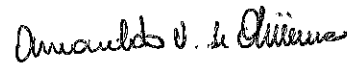
<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	286.459.466	8.163.705
Pessoal Ativo	184.230.764	7.848.372
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	184.230.764	7.848.372
Pessoal Inativo e Pensionistas	102.228.702	315.333
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de outros da Adm. Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	102.228.702	315.333
Outras despesa de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	97.385.492	4.668.407
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	5.092.090	4.668.407
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	92.293.402	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	189.073.974	3.495.298
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		192.569.272
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		581.850.483.000
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,033096%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,073726%	428.975.087
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,070040%	407.528.078
FONTE: SIAFI E PORTARIA 82/2005 - STF, STF, 10/MAIO/2012		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


Anderson Vidal Corrêa
Secretário de Administração e Finanças


Edna Isabel Brito Gonçalves Prandini
Secretária de Controle Interno


Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Geral